



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

M E M O R A N D O

Para: Senhora Primeira Ministra

De: Margarida da Gama Santos

Data: 15 de Novembro de 1979

Assunto: "Projeções Macro-económicas para 1980.

(Ponto nº 6 da Agenda de C.M. de 16.11.79)

- 1 - O Memo de 24 de Outubro de 1979 analisou os cenários macro-económicos alternativos para 1980, nomeadamente as hipóteses H1 e H2 submetidas ao C.M. de 13.10.79.

Favoreceu-se H2 no que se referia à política monetária (redução da taxa de juro e liberalização das restrições ao crédito interno) e à política cambial (redução da taxa de desvalorização do Escudo).

Em relação à política orçamental deu-se preferência à manutenção da maior despesa de capital do sector público administrativo (créditos à habitação social e à agricultura e pescas) avançada na H1.

Esta opinião tinha como objectivo um maior, ainda que moderado, crescimento económico de uma economia em estagnação (- 1% na FBCF de 1978 para 1979, etc.) mas simultaneamente a preocupação que esse crescimento atingisse as camadas mais destituídas da população Portuguesa cujos rendimentos e condições de vida são extremamente baixos em termos Europeus e além disso bastante inferiores à média do País mostrando elevado grau de desigualdade. Essa preocupação traduzia-se pela necessidade apontada de manter ou mesmo amentar o deficit das despesas de capital do sector público administrativo principalmente no que se refere às rubricas créditos à habitação e agricultura.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

- 2 -

2 - A proposta de resolução submetida pelo M.C.E.P. ao C.M. no seguimento da anterior, define agora os objectivos prioritários para a evolução da economia em 1980. São eles os seguintes:

- 1) Taxa de crescimento do PIB_{pm} situada entre $4\frac{1}{2}$ e $5\frac{1}{2}$ %.
- 2) Pronunciada recuperação do investimento produtivo.
- 3) Relativa expansão ao consumo privado e das exportações.

Sugere ainda as seguintes orientações com vista a atingir aqueles objectivos prioritários:

A) De política orçamental:

- Manutenção do deficit global do Sector Público Administrativo em termos percentuais do PIB_{pm} ($9\frac{1}{2}$ %) mas alterando a sua estrutura ; aumentando o deficit das despesas de capital e reduzindo o deficit das despesas correntes.

B) De política financeira e monetária:

- Manutenção da taxa de juro.
- Liberalização das restrições na concessão do crédito bancário numa base selectiva.
- Novas e mais amplas condições de concessão de bonificação de taxas de juro também numa base selectiva criteriosa pelos investimentos.

C) De rendimento e preços:

- Manter o poder de compra dos rendimentos do trabalho.
- Redução da taxa de inflação para níveis de 19 a 21% ao ano, através de contenção do deficit corrente do Sector Público Administrativo e da política cambial a prosseguir.

D) De política cambial:

- Desaceleração da desvalorização do Escudo para cerca de



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

- 3 -

7% ao ano.

- Contenção do deficit externo das transações correntes a um nível não superior a 800 US dollars em 1980.

3 - No que se refere aos objectivos prioritários definidos, estes merecem os seguintes comentários:

- 1) O crescimento do PIB_{pm} na ordem dos $4\frac{1}{2}$ a $5\frac{1}{2}$ % parece um "target" bastante modesto, tendo em conta que a hipótese H2 considerada já moderada, avançava já com 6,3%.
- 2) A recuperação do investimento produtivo necessita de condições adequadas, uma das quais é a condução da taxa de juro para níveis menos elevados.
- 3) A continuação da expansão das exportações cuja taxa de aumento de 1978 para 1979 foi de 15,6% (ver Quadro I em anexo) parece ser discutível a não ser que se pretenda produzir quase exclusivamente para exportação (como aconteceu em 1978) segundo modelos de "desenvolvimento" bastante controversos (South Korea, etc.)

4 - As orientações propostas para atingir aqueles objectivos prioritários merecem os seguintes comentários:

- a) No domínio orçamental, ao manter-se o deficit global do SPA, aumentando o deficit das despesas de capital parece conduzir-se a política económica para atingir os objectivos distributivos mencionados no ponto 1. Utiliza-se este instrumento para satisfazer necessidades básicas e assim atingir as camadas mais destituídas da população Portuguesa. Mas no que se refere à redução do deficit das despesas correntes é necessário ter em conta que rúbricas vão sofrer esses cortes. As necessidades básicas não são só satisfeitas através das despesas de capital mas também através das despe



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

- 4 -

correntes (saude, educação, saneamento básico, etc.)

- b) A manutenção da taxa de juro ao elevado nível em que se encontra e a redução da inflação para níveis inferiores parecem-me ser duas orientações bastante difíceis de con ju gar. Convem referir que o elevado preço do capital (ta x a d e j u r o) assim como a desvalorização do Escudo são considerados componentes extremamente pesados da inflação Portuguesa. A primeira reflectindo-se directamente nas empresas publicas cujos encargos financeiros aumentaram de cerca de 70% de 1977 para 1978 constituindo uma cada vez mais pesada componente na estrutura dos preços dos seus produtos e serviços; a segunda afectando direc t a m e n t e o aumento dos preços dos bens alimentares e das matérias primas.

Assim a manutenção da taxa de juro ao seu nível actual não só continuará a ser um desincentivo ao investimento como um forte factor inflacionário.

No que se refere à bonificação da taxa de juro numa ba se selectiva, isto é, no financiamento de investimentos produtivos válidos, este princípio é defensável mas com a ressalva de se definirem projectos de investimento pro du tivos válidos. Muitas vezes estes projectos acabam por ser os projectos das transnacionais que beneficiam dos créditos bonificados (FORD, ITT, etc.) ou investimentos de utilidade social duvidosa (exportação na base da mão de obra barata, certos tipos de turismo, etc.) que não merecem subsídios pagos pelo contribuinte Português, pois limitam-se a ser uma modalidade de transferência de re cu rsos nacionais para o exterior.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

- 5 -

c) No domínio da política cambial será necessário a adopção de medidas que evitem a deterioração do deficit com o exterior não só em volume como principalmente na sua estrutura. Evitar o aumento de importações de bens de consumo não de primeira necessidade (a ser cuidadosamente conjugado com o aumento do consumo privado), o que poderá sugerir a introdução de barreiras alfandegárias à importação de certos produtos (numa base selectiva). Um deficit da balança comercial predominantemente em bens de investimento produtivo e de utilidade social não é mais do que uma forma de empréstimo de longo/médio prazo enquanto que em bens de consumo desnecessários é uma despesa consumo supérflua.

Também neste campo será necessário estudar o tratamento a aplicar às remessas dos emigrantes sendo aconselhável manter taxas de juros elevadas para os seus depósitos (assumindo que a taxa de juro interno será reduzida como é desejável) para não desincentivar as suas remessas.

d) No domínio dos rendimentos e preços é necessário fazer todo o esforço para reduzir a taxa de inflação, não através de medidas de política monetária mas ao contrário de medidas estruturais, tendo em conta que a inflação portuguesa tem cariz predominantemente estrutural. Basta ter em consideração o atraso da agricultura portuguesa e a alta percentagem de importação dos bens alimentares para se verificar que o mais elementar aumento de rendimento a ser consumido nestes bens, tem tendência a constituir um factor inflacionário pois aumenta a pressão da



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

- 6 -

procura sobre uma oferta estagnada ou decrescente.

Assim o investimento e apoio à agricultura, pescas, etc., são componentes fundamentais da política de relançamento de economia nacional.

5 - Em anexo: Quadros I, II e III.

Fundação Cuidar o Futuro

	Taxa de crescimento 1978/79 (preços de 1978)	Taxa de crescimento 1979/80 (preços de 1979)	
		H ₁	H ₂
<u>1-Oferta</u>	<u>2.7</u>	<u>5.2</u>	<u>6.7</u>
1.1. PIB pm	2.6	4.9	6.3
1.2. Importações	3.2	6.2	8.0
<u>2-Procure</u>	<u>2.7</u>	<u>5.2</u>	<u>6.7</u>
2.1. Consumo	1.0	2.5	3.5
2.1.1. Privado	0.2	1.8	3.8
2.1.2. Publico	5.0	6.0	2.0
2.2. Variação dos Stocks	0.6		
2.3. Exportações	15.6	8.0	6.5
2.4. FBCF	(-) 1.0	5.5	7.0
2.4.1. Privado		6.4	5.0
2.4.2 Publico		5.5	9.3
2.4.2.1. PIDDAC		6.9	0.0
2.4.2.2. PISEE		2.7	15.5

Fundação Cuidar o Futuro

	1979	1980		1980	
		a preços de 1979		a preços correntes	
		H1	H2	H1	H2
<u>1-Oferta</u>	<u>1,318.6</u>	<u>1,387.0</u>	<u>1,406.9</u>	<u>1,708.9</u>	<u>1,657.6</u>
1.1. PIB pm	985.0	1,032.8	1,046.7	1,276.7	1,236.2
1.2. Importações	333.6	354.2	360.2	432.2	421.4
<u>2-Procura</u>	<u>1,318.6</u>	<u>1,387.0</u>	<u>1,406.6</u>	<u>1,708.9</u>	<u>1,657.6</u>
2.1. Consumo	864.1	885.5	894.7	1,092.0	1,055.7
2.1.1. Privado	723.4	736.4	751.2	913.1	886.4
2.1.2. Publico	140.7	149.1	143.5	178.9	169.3
2.2. Variação dos Stocks	23.8	41.4	52.2	51.3	62.0
2.3. Exportações	236.5	248.9	245.5	303.7	287.2
2.4. FBCF	200.2	211.2	214.2	261.9	252.8
2.4.1. Privado	<u>109.1</u>	<u>116.1</u>	<u>114.6</u>	<u>144.0</u>	<u>135.2</u>
2.4.2 Publico	<u>91.1</u>	<u>95.1</u>	<u>99.6</u>	<u>117.9</u>	<u>117.6</u>
2.4.2.1. PIDDAC	36.1	38.6	36.1	47.9	42.6
2.4.2.2. PISEE	55.0	56.5	63.5	70.0	75.0

	1979	1980 a preços de 1979	
		H1	H2
<u>1-Oferta</u>	<u>133.9</u>	<u>134.3</u>	<u>134.4</u>
1.1. P/B pm	100.0	100.0	100.0
1.2. Importações	33.9	34.3	34.4
<u>2-Procura</u>	<u>133.8</u>	<u>134.2</u>	<u>134.4</u>
2.1. Consumo	87.7	85.7	85.5
2.1.1. Privado	79.4	71.3	71.8
2.1.2. Publico	14.3	14.4	13.7
2.2. Δ s de Stocks	2.4	4.0	5.0
2.3. Exportações	23.4	24.1	23.5
2.4. FBCF	20.3	20.4	20.5
2.4.1. Privado	11.1	11.2	10.9
2.4.2. Publico	9.2	9.2	9.5
2.4.2.1. PIDDAC	3.7	3.7	3.4
2.4.2.2. PISEE	5.6	5.5	6.1

Fundação Cuidar o Futuro